



Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho deliberativo

Assunto: Ata 157ª Reunião Ordinária

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 9h, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participou presencialmente José Francisco Dutra da Silva e no formato online, Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Fábio Teizo Belo da Silva e Juliana Velho, membros titulares. Como membros suplentes, Eduardo Bergamaschi Felizola, Henrique Lima Leite e Tiago José Kich Temperani. Pela Fundação, Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos, Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional, Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação, André Rodrigues Veras, Diretor de Segurança, Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete da Presidência, Rafael de Oliveira Vilas Boas, chefe de Gabinete da Diretoria Administrativa e Joseane da Silva Prado, assistente. Dando início à reunião, a Presidente Marina deu as boas-vindas a todos e na sequência, submeteu à apreciação do colegiado as atas da 156ª reunião ordinária 131ª extraordinária, aprovadas por todos, sem ressalvas. Na sequência, para discussão sobre o item 2 da pauta, convidou o Sr. Wânnius, auditor interno, que iniciou a apresentação do RAINTE 2024 e a proposta do PAINT 2025. Seguiu apresentando todos os relatórios produzidos mensalmente até dezembro de 2024, com os registros das recomendações dos órgãos de controle, detalhando as áreas responsáveis, os usuários, datas de início e fim e as etapas. Comentou que existem em torno de 50 recomendações, algumas

recorrentes, dentre elas 42 recomendações com vencimento em 31.12.2024. Comentou que está revendo com as respectivas áreas, a repactuação dos prazos das recomendações pendentes. Com referência ao PAINT 2025, entende que deve ser dado foco em processos cujo risco foi apontado no 5º levantamento de riscos, excluindo os relacionados a Tecnologia da Informação e área contábil. Ainda, expressou seu entendimento no sentido de que o Planejamento estratégico deve ser suportado por ações da auditoria, principalmente nos processos que apresentam riscos com a segurança dos investimentos, atratividade dos planos e boas práticas de gestão em todos os segmentos da Fundação, a disponibilidade de recursos humanos e materiais e a realização do 6º ciclo de avaliação de riscos. Seguindo comentou sobre os recursos disponíveis, relacionando as atividades, a quantidade de horas e o percentual propostos. Sobre os processos, citou os de maior pontuação de riscos apurados conforme o 5º ciclo de avaliação realizado em 2023. Na sequência apresentou e comentou a versão 1 do PAINT 2025 apresentada ao COAUD e a versão 2 com os ajustes propostos pelo referido comitê, que contempla, por ordem, o Planejamento de Investimentos, Empréstimos, Gestão da Folha de Benefícios, Cota, Gestão de Cadastro e Fechamento Contábil. Após amplo debate o colegiado reviu, propôs e aprovou seis processos para compor o PAINT 2025, seguinte ordem de prioridades: i) Planejamento de Investimentos; ii) Gestão de Cadastro; iii) Cota; iv) Gestão da Folha de Benefícios; v) Gestão de Acesso à Tecnologia da Informação e, vi) Fechamento Contábil. Ainda, aprovou a destinação de parte das 170 horas remanescentes, para condução do sexto processo – referente à gestão de acesso à Tecnologia da Informação. Por fim, recomendou à Diretoria Executiva, alterar o documento para incorporar as alterações aprovadas e o envio ao colegiado da versão final. Na sequência a Presidente ressaltou que o assunto referente ao Item 3 da pauta, que trata da aplicação de correção salarial será registrado em ata apartada de reunião extraordinária. Seguindo, para apresentação dos itens 4 e 5 da pauta, a Presidência passou a palavra a Diretora de Investimentos Francis que iniciou sua apresentação demonstrando a evolução patrimonial que atingiu R\$ 3.986 milhões e a captação líquida no mês de R\$ 41,49 milhões. Demonstrou a distribuição dos Ativos por Plano, as alocações do patrimônio por indexadores e por classe de ativos, os percentuais das alocações x Política de Investimentos, o Patrimônio por Fundo x Carteira de Investimentos. Ainda, demonstrou o retorno acumulado nos últimos 12 meses e desde o início dos investimentos. O retorno acumulado no mês de fevereiro foi de 0,78% para um alvo de 1,66. A rentabilidade no ano foi de 1,74% para uma meta de 2,22%, um IPCA de 1,47% e o CDI de 2,01%. Seguindo passou a demonstrar a rentabilidade acumulada nos últimos 12, 24 e 36 meses. Dando sequência, comentou a rentabilidade do PGA que em fevereiro rendeu 1,08%, no ano, 2,29%, em 12 meses, 8,93% e em 24 meses 24,84%. Na sequência passou a comentar os objetivos da Carteira x Percepção dos resultados, destacando o objetivo de IPCA + 4,5% ao ano, uma meta de longo prazo real, construída para a preservação do poder de compra,

protegendo os recursos dos efeitos da inflação – ganho real e a rentabilidade da carteira alinhada a correção de obrigações futuras. Uma estratégia baseada em fronteira eficiente com alocação construída com base técnica com melhor relação risco x retorno para alcançar IPCA+4,5% e a diversificação entre ativos reais, renda variável, inflação, crédito e liquidez. A comparação com o CDI é comum, mas pode distorcer a avaliação aumentando o risco de descasamento com as obrigações e comprometer a rentabilidade futura com a queda dos juros. Em continuidade, apresentou a rentabilidade acumulada desde o início, apresentando o percentual de 247,41% para uma meta de 237,11%. Finalizou apresentando o comparativo de rentabilidade entre as 138 EFPC e um comparativo de rentabilidade com outras entidades. Comentou, ainda, as principais movimentações no mês de janeiro e os valores dos resgates de participantes por plano e total. O Conselheiro Aldo Cuomo solicitou o envio, a todos os conselheiros, do material apresentado. Seguindo, para informar sobre a revisão do Regulamento de Investimentos, a Diretora Francis disse que a proposta foi de tornar o documento mais objetivo e técnico sem comprometer o detalhamento necessário para assegurar a segurança jurídica e regulatória. Assim, o Manual de Investimentos passou a se chamar “Regulamento de Investimentos”, uma adequação do nome para atender a Política Interna de elaboração e gestão de normativos da PREVCOM, aprovada pelo Conselho Deliberativo. Dentre as alterações destaca-: i) o alinhamento às melhores práticas de governança, com a inclusão de termos “Princípios de Governança”, tais como transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis, ética e responsabilidade corporativa; ii) o fortalecimento do processo de monitoramento e controle com a introdução de um fluxo estruturado para a revisão da Política de Investimentos, estabelecendo etapas detalhadas de validação e aprovação e a necessidade de registro formal das análises quantitativas e qualitativas no SEI, garantindo maior transparência e rastreabilidade nas decisões; iii) clareza na divisão de responsabilidade entre Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e órgãos estatutários, alinhadas ao Estatuto Social e Política de Investimentos; iv) maior ênfase em investimentos responsáveis (ASG), adicionando a necessidade de avaliação de critérios ASG (ambientais, sociais e de governança) na seleção de gestores e fundos de investimentos e, v) estrutura organizacional alinhada ao Estatuto Social e a inclusão de Comitê Gestor de Plano e Consultoria Jurídica como apoio formal. Finalizada a apresentação a Presidente Marina agradeceu a participação. Na sequência, a Presidência passou a palavra à Diretora Vanessa para apresentação de proposta referente a implementação de plano de saúde, item informativo. Iniciou comentando que a proposta submetida à apreciação do Conselho visa aprovar a implementação do benefício do plano de saúde aos colaboradores da fundação. Havendo anuência do colegiado, a diretoria irá providenciar o encaminhamento a unidade competente para análise da matéria – CPS/ SGGD. De forma sucinta, comentou sobre o levantamento do mercado analisando as empresas participantes no processo de cotação, sendo três corretoras

(Mapma, SUN e RAMED 4 you) e uma operadora (Alice) de plano de saúde. Foram apresentadas 17 cotações válidas com propostas das operadoras de Planos de Saúde, Amil, Sul América e Unimed. A Bradesco, a Porto seguro, a Hapvida NDI e Alice, declinaram não apresentando propostas. Destacou que a proposta inicial é a implantação do benefício para os colaboradores, custeado integralmente pela Prevcom (neste formato o colaborador demitido ou exonerado, não terá direito a continuidade no Plano) ou com a opção de estender aos seus dependentes desde que integralmente custeados pelo colaborador. Ainda, a Diretoria informou que foram estudados os modelos com ou sem coparticipação financeira pelo colaborador na utilização do Plano e com a isenção de cobranças para atendimentos de emergência e internação até o limite de 3 eventos por tipo, por ano. Utilizando como referência o Plano especial 100R1 da Sul América, apresentou estudo do impacto econômico-financeiro para 2025, no valor de R\$ 608 mil, para um orçamento aprovado de R\$ 945 mil. Lembrou que somente após a deliberação do Conselho, o encaminhamento do processo aos órgãos governamentais com a sua posterior aprovação, é que Fundação poderá iniciar o processo licitatório. Após os debates e questionamentos, o colegiado solicitou a disponibilização do processo, bem como envio de informações complementares sobre dúvidas e questionamentos levantados pelos conselheiros, para análise e decisão em reunião extraordinária a ser agendada oportunamente. O Conselheiro Aldo, solicitou esclarecimentos e providências complementares à Diretoria Executiva: i) mais informações sobre o modelo de contratação; ii) fazer pesquisa junto a outras fundações do estado para saber como atuam, se a contratação é de plano de saúde ou via reembolso e, iii) detalhamento do fluxo de informação junto a Coordenadoria de Entidades Descentralizadas. O Conselheiro Fábio Teizo sugeriu maiores estudos sobre o modelo de contratação das operadoras dos planos de saúde ou reembolso direto aos colaboradores, considerando projeções futuras de médio e longo prazos na manutenção do benefício. Os Conselheiros Demetrius e Jose Dutra demonstraram preocupação quanto a demora na implementação do Plano de Saúde. O Conselheiro José Dutra reforçou a importância de o plano de saúde ser na modalidade integral, ou seja, a Fundação deve pagar integralmente os custos do plano, não recaindo sobre os colaboradores coparticipação ou quaisquer despesas adicionais. Sugerem que o Conselho priorize a sua manifestação com parecer favorável considerando que o assunto já vem sendo discutido de longa data, gerando certo desconforto e ansiedade por parte dos colaboradores. A Diretora Vanessa sugeriu juntar a documentação complementar, inclusive com as informações solicitadas pelo Conselheiro Aldo e inserir no SEI para disponibilização do processo completo ao colegiado. Seguindo, para comentar sobre a atualização da Política de Apuração de Relatos e Consequências a Diretora Vanessa comentou que, sob o ponto de vista da Diretoria Executiva, parte dessa política tem relação com o canal de denúncias. O contrato firmado com a empresa Allianz Brasil, foi encerrado e está sendo aberto novo processo licitatório, já em fase final, para

contratação de empresa para atender as demandas de apoio a ouvidoria e o canal de denúncias. O Diretor Ugo, em complemento, informou que a Comissão de Ética está aguardando a contratação da nova empresa para divulgação do canal de denúncias. A Chefe de Gabinete Maria Izabel, informou que a ouvidoria, antes vinculada a Diretoria de Relacionamento Institucional, passará a ser vinculada diretamente à Presidência. O Conselheiro Aldo questionou como o sistema da Fundação conversará com o sistema de ouvidoria do Estado. O Diretor Ugo esclareceu que serão mantidos os dois sistemas, o canal de denúncias da Fundação e o sistema “fala São Paulo” utilizado como ouvidoria. A presidente do Conselho recomendou à Diretoria que, uma vez concluída a contratação e implementado efetivamente o canal de denúncias, o assunto seja pautado novamente para acompanhamento pelo Conselho. A Presidente agradeceu pela participação da Diretora. Seguindo, passou a palavra para o auditor Wânnius que iniciou apresentando a situação atual das recomendações dos órgãos de controles, registrando 48 recomendações com algumas recorrências em função da necessidade de reprogramação. Em resumo, foram concluídas 7 ações, em andamento próxima de conclusão 14, pendentes 23, reabertas e em negociação para retomada, 4 ações. Com referência as atividades em desenvolvimento, citou a análise, adequação e acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle, a revisão das atividades da auditoria e dos controles internos visando a separação das 2ª e 3º linhas de defesa e iniciando os trabalhos de auditoria dos objetos do plano. Encerrada a apresentação a Presidente agradeceu a participação. Encerrados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião e para constar, eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes.

Marina Brito Battilani
Presidente do Conselho

Aldo Cuomo
Conselheiro

Demetrius Queiroz do Rego Barros
Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva
Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva
Conselheiro

Juliana Velho
Conselheira



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Gnoatto, Assistente Técnico Previdência Complementar III**, em 09/04/2025, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Conselheiro**, em 09/04/2025, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 09/04/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 09/04/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 09/04/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 09/04/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo da Silva, Conselheiro**, em 09/04/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0063128912** e o código CRC **47E8959C**.